

Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	OESP (Economia)
Data	16/6/2001 Pg B3
Class.	32

Decisão judicial pode adiar obras da Hidrelétrica de Belo Monte

EDSON LUIZ
e DENISE CHRISPIM MARIN

BRASÍLIA – A Justiça Federal do Pará suspendeu a realização do relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, o que poderá retardar o início das obras, previstas para 2002. Segundo a sentença do juiz Rubens Rollo d'Oliveira, da 3.ª Vara Federal, não houve licitação na contratação da empresa que iria executar o estudo e a usina atinge uma área indígena, além de causar danos ambientais em cidades próximas.

A Eletronorte estava prevenindo encaminhar até 31 de agosto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o projeto final das obras da Usina de Belo Monte, mas a decisão do juiz, ocorrida no mês passado, deverá adiar as intenções da empresa. A Hidrelétrica de Belo Monte é um empreendimento capaz de atingir a geração máxima de 11 mil megawatts médios – apenas mil MW menos que Itaipu – e deverá permanecer pratica-

mente parada no período da seca, entre agosto e novembro.

Segundo o presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, o projeto envolverá investimento de cerca de US\$ 4 bilhões na usina, e de mais US\$ 3 bilhões nas linhas de transmissão. Uma pequena parcela desse dinheiro poderá vir do governo federal.

Para o distribuidor que vier a assinar contrato com a usina, haverá a garantia de fornecimento médio de 4 mil MW ao longo de todo o ano. Duas linhas de transmissão estão sendo consideradas. Uma destinada ao Nordeste e a outra ao Centro-Oeste e ao Sudeste. A idéia é utilizar ao máximo a geração de Belo Monte no período de dezembro a maio.

Idealizado há cerca de uma década, o projeto esteve engavetado por sete anos, por causa dos impactos ambientais impostos pelo seu desenho inicial. A área inundada seria de 1.200 quilômetros quadrados, e foi reduzida para 400 quilômetros quadrados na proposta atual.